

**MODELIZAÇÃO DO ENSINO E FORMAÇÃO DOCENTE NO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO NO INÍCIO DO SÉCULO XX**
**EDUCATION MODELING AND TEACHER'S FORMATION IN THE STATE OF
ESPÍRITO SANTO EARLY IN THE TWENTIETH CENTURY**
[Título resumido: Modelização do ensino e formação de professores]

Regina Helena Silva Simões

Doutora em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória/ES

E-mail: reginahe@terra.com.br

Rosianny Campos Berto

Doutora em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória/ES

E-mail: rosianny.berto@ufes.br

Resumo

Analisa duas reformas do ensino que ocuparam a cena educacional republicana no Estado do Espírito Santo, destacando, como ponto em comum entre elas, a criação de unidades modelares de ensino, visando à formação docente. Na primeira reforma, o diretor da instrução pública, Carlos Alberto Gomes Cardim (1908-1909), criou a Escola Modelo, anexa à Escola Normal, concebida como espaço de formação de professores, em consonância com o método analítico. Na segunda, o secretário da Instrução Pública, Attílio Vivacqua (1928-1930), criou a *Escola Activa de Ensaio*, para modelar a docência em escolas capixabas. Analisa a presença da pedagogia renovadora no Espírito Santo na primeira década do século XX, pavimentando o **caminho para a segunda onda escolanovista, mais intensa, em que a Escola Modelo, definida** como *Escola Activa de Ensaio*, se deslocou para o imponente prédio do Grupo Escolar Gomes Cardim, um ano após a sua inauguração, em 1927. Sob a batuta de Deodato de Moraes, articulavam-se o Curso Normal, o Grupo Escolar, o Curso Superior de Cultura Pedagógica e a *Escola Activa de Ensaio*, para a qual convergiam também práticas dos alunos do 4º ano da Escola Normal Pedro II e das escolas normais particulares de Vitória.

Palavras-chave: Escola modelo; Escola ativa; Formação de professores; Espírito Santo.

Education modeling and Teacher's formation in the State of Espírito Santo early in the twentieth century

The study analyses on two educational reforms staged in Espírito Santo State, highlighting, as common ground among them, the creation of modeling units, aiming at forming Teachers. In the first reform, the Public Instruction Director, Gomes Cardim (1908-1909), created the Experimental School which, in association with Teachers Preparation School of Espírito Santo, has been designed to model future teachers in line with the analytical method. In the second one, the Public Instruction Secretary, Attílio Vivacqua, (1928-1930), created the Experimental Active School, aiming at modeling school practices. The research investigates the presence of the renewing pedagogy in Espírito Santo, in the first decade of the XX century, paving the path for the second, more intense, Progressive Education wave in the 1920's. In 1928, the Experimental Active School, has been installed within the impressive building of the recently inaugurated (1927) Gomes Cardim Primary School. In that same building, it has been developed a teachers training program that embedded Gomes Cardim Primary School, the Pedagogical Culture Advanced Course and the Experimental Active School, where teacher students coming from public and private institutions attended practical lessons.

Keywords: Experimental School; Active School; Teachers training; Espírito Santo.

Introdução

No início do século XX, duas reformas ocuparam a cena educacional capixaba, apresentando como ponto em comum a criação de unidades modelares de ensino que primavam pela formação docente. Na primeira delas, realizada entre 1908 e 1909, o diretor da Instrução Pública, Carlos Alberto Gomes Cardim, criou a Escola Modelo, anexa à Escola Normal, como espaço de formação docente, em consonância com o método analítico. Na segunda, ocorrida entre 1928 e 1930, o secretário da Instrução Pública, Attilio Vivacqua, criou a *Escola Activa de Ensaio*, situada no Grupo Escolar Gomes Cardim,¹ destinada à preparação dos professores de acordo com os princípios da escola ativa.

No espaço temporal de 20 anos entre as duas propostas educacionais, os contornos culturais, políticos e econômicos da sociedade capixaba podem ser assim sintetizados: território economicamente agrário, monocultor e dependente do mercado externo; clivagem entre dois grupos econômica e politicamente distintos – os agrofundiários, que controlavam a região sul do Estado, e os mercantis-exportadores, que dominavam a região central; condições precárias de vida da população e sua imersão em um sistema de valores e crenças marcado pela concepção tutelar da vida coletiva; e a utilização da “[...] representação política para organizar a distribuição dos serviços públicos sob a forma de favores e privilégios pessoais” (ARAÚJO, 2009, p. 273). Desse modo, um coronelismo solidamente enraizado entrelaçava-se à circulação de ideias modernizadoras (VASCONCELLOS, 1995).

Observa-se, ainda, que o Espírito Santo adentrou o século XX com inúmeros problemas de infraestrutura. Em 1900, o Estado atravessava uma profunda crise econômica – envolvendo a agricultura, provocada por problemas climáticos, e os preços internacionais do café – que frustrou as medidas tomadas pelo governo local para transformar a Capital, Vitória, no centro político e econômico. Em meio à crise instaurada, projetou-se a carreira de Jerônimo Monteiro,² cuja habilidade política contribuía para colocar em certo equilíbrio as contas públicas.

Em 1908, essa projeção política³ guindou-o à presidência do Estado, em cujo exercício elegeu a educação como plataforma necessária à modernidade republicana que se anunciava.

¹ O Grupo Escolar Gomes Cardim, criado em 1908, passa a ocupar uma nova sede em 1927.

² Jerônimo de Sousa Monteiro (1870-1933) pertencia a uma família de ricos cafeicultores da região sul do Estado do Espírito Santo e, além de governador, atuou como deputado e senador da República.

³ Com habilidade política, Monteiro “[...] promoveu o conagraçamento dos partidos, conseguindo sólida base política para sua administração. Da fusão de elementos do Partido Construtor e do Republicano Federal – aquele chefiado por Muniz Freire, o segundo por Torquato Moreira – surgiu o Partido Republicano Espírito-Santense, dirigido pelo próprio presidente” (OLIVEIRA, 2008, p. 442).

Em suas próprias palavras, seria “[...] mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida compreensão de seus deveres, que um povo ignorante, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso” (ESPÍRITO SANTO, 1911, p. 61).

Dessa forma, ao assumir o governo do Estado, como parte de um amplo programa de modernização,⁴ Monteiro convidou o educador paulista Carlos Alberto Gomes Cardim⁵ para promover a reforma da educação capixaba. Cardim, que integrava a chamada geração dos “normalistas republicanos” paulistas, chefiou a Reforma da Instrução Pública no Espírito Santo de junho de 1908 a julho de 1909.

Para esses profissionais paulistas, a reforma do ensino fundamentava-se na aplicação de novos métodos, especialmente, do método analítico para a leitura, que passaria a ser difundido para outros Estados brasileiros, pelas “missões de professores” paulistas (MORTATTI, 2006). Essas *missões*, como se sabe, não apresentavam apenas uma dimensão pedagógica, uma vez que, do ponto de vista político, elas se achavam relacionadas com a afirmação da escola paulista como símbolo do progresso instaurado pela República que, segundo Carvalho (2000, p. 225), “[...] representava uma estratégia de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado na Federação”.

No Espírito Santo, essa estratégia paulista, que chegou pelas mãos de Gomes Gardim, associava-se ao ideário modernizador que sustentava a plataforma política difundida por Jerônimo Monteiro, na qual a educação merecia grande destaque.

O mesmo ideário de renovação orientaria a reforma empreendida pelo secretário da Instrução, Attilio Vivacqua, ao final dos anos 1920, durante o governo de Aristeu Borges de Aguiar. Vivacqua também contaria com o auxílio do renomado educador paulista, Pedro Deodato de Moraes.

Neste estudo, investigamos o lugar ocupado pelas instituições modelares de ensino – *Escola Modelo Jeronymo Monteiro* e *Escola Activa de Ensaio* – no processo de formação de professores, nas reformas educacionais das primeiras décadas do século XX no Espírito

⁴ De acordo com Oliveira (2008, p. 442), “[...] durante o quadriênio Jerônimo Monteiro [1908-1912], o Estado experimentou largos benefícios da ação governamental: abertura de estradas, fomento da produção agrícola, melhoria dos rebanhos bovinos, construção da usina de açúcar de Paineiras – ao tempo considerada a melhor do Brasil –, desenvolvimento do ensino público e melhoria do aparelho administrativo”.

⁵ Carlos Alberto Gomes Cardim (1875-1938) diplomou-se pela Escola Normal de São Paulo em 1894 e iniciou sua carreira docente em uma escola isolada paulista. Dois anos depois, passou a trabalhar na Escola Normal Prudente de Moraes e, em seguida, na Escola Normal de São Paulo, onde foi, inicialmente, auxiliar de Oscar Thompson e, depois, inspetor técnico. Atuou, ainda, como professor de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal Secundária de São Paulo (1913) e como subdiretor e diretor dessa instituição (entre 1925 e 1928). Além disso, foi vice-diretor da Escola Normal do Brás (1922 -1924) e diretor da Escola Normal da Praça da República (1925-1928). Cardim foi, ainda, diretor do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e professor catedrático do Curso de Música (PASQUIM, 2014).

Santo. Que modos de ensinar e aprender orientaram a formação e a prática docentes em cada uma dessas unidades modelares?

Para responder a essa pergunta, utilizamos como fontes relatórios da Instrução Pública no Espírito Santo, produzidos por Gomes Cardim (1908-1909) e por Attilio Vivacqua (1928-1930), mensagens de Governo, legislações educacionais, impressos e obras historiográficas sobre o Espírito Santo. No entrecruzamento das fontes, interrogamos as dobras dos textos, na tentativa de fazer falar também o *hors-texte*, tomando como referência o contexto de produção de cada um deles (GINZBURG, 2002).

A escrita deste artigo organiza-se em torno dos seguintes eixos de análise, considerados em suas interconexões: a) os contornos culturais, políticos e econômicos da sociedade capixaba na Primeira República, cenário para leituras locais do ideário de uma escola moderna;⁶ b) as diretrizes para a formação de professores em cada uma das reformas da instrução pública estudada; e c) as aproximações dessas diretrizes com ideias de uma pedagogia renovadora.

A Escola Modelo na Reforma Gomes Cardim

Na Reforma Cardim, a formação de professores estruturou-se a partir da revitalização da Escola Normal, da criação da *Escola Modelo Jeronymo Monteiro* e do Grupo Escolar Gomes Cardim. As duas primeiras, ambas dirigidas pelo diretor da Instrução Pública, constituíram os principais focos de sua atenção. A Escola Modelo funcionaria como um centro destinado ao exercício da prática docente dos alunos normalistas.⁷

Institui-se, dessa maneira, um espaço específico para a prática docente pelos/as normalistas (Foto 1), uma vez que a observação de professores/as mais experientes, desde o século XIX, ainda que de forma menos sistemática, associava-se à preparação para o

⁶ Entendemos, como parte desse processo de transição, uma necessidade de suplantação de um ensino tradicional para um ensino moderno. Ao analisar o caso paulista, Carvalho (2000, p. 111) afirma: “No campo normativo da pedagogia moderna, que animou as iniciativas de institucionalização da escola no Estado de São Paulo a partir do final do século XIX, a pedagogia é arte de ensinar. Essa pedagogia estrutura-se sob o primado da visibilidade, propondo-se como arte cujo segredo é a boa imitação de modelos. Diferentemente, a chamada pedagogia da Escola Nova, que começa a se difundir no país em meados da década de 20, pretende subsidiar a prática docente com um repertório de saberes autorizados, propostos como os seus fundamentos ou instrumentos”.

⁷ Nas palavras de Cardim: “Ahi os professorandos, assistindo as aulas dos respectivos professores e leccionando por designação do lente de pedagogia, habilitam-se convenientemente para o exercício da nobre função de diffundir o ensino por todo e Estado, obedientes aos methodos e processos hodiernos” (CARDIM, 1909, p. 7).

magistério. Reafirmava-se, portanto, imprimindo-lhe mais rigor e organicidade, a especificidade da formação docente pela observação da prática.

Foto 1 – A frente da Escola Modelo em 1909



Fonte: Espírito Santo (1913).

De acordo com a lei nº. 545, de 1908, que organizava os ensinos primário e secundário no Espírito Santo, além servir à prática de normalistas, a Escola Modelo Jerônimo Monteiro estabeleceria, também, o padrão do ensino, uma vez que “[...] todas as modificações ou inovações” ali desenvolvidas deveriam estender-se aos grupos escolares que viessem a ser criados (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 4).

Comporiam o corpo docente da escola, professores que se distinguiam no exercício do magistério. Após a sua integração, esses professores apenas poderiam ser “[...] dispensados dos seus cargos pelo Presidente do Estado, quando os seus respectivos directores, fundamentando, o pediam” (ESPÍRITO SANTO, 1909, p. 5). Os funcionários administrativos, seriam os mesmos que atendiam à Escola Normal do Espírito Santo.

Os alunos certificados pela Escola Modelo teriam direito à matrícula no primeiro ano do curso normal. Tratava-se, portanto, de um espaço de modelização que abrangia, ao mesmo tempo, a formação de candidatos ao curso normal e a formação de normalistas.

O *Diário da Manhã*, jornal subordinado ao governo do Estado, divulgou em suas páginas, com grande entusiasmo, a reforma da educação.⁸ O próprio Gomes Cardim

⁸ No jornal *Diário da Manhã*, encontramos diversas matérias sobre a Reforma Cardim, como textos na íntegra dos discursos e trabalhos apresentados durante a realização do Congresso Pedagógico (Cf.: *Diário da Manhã*, 11

manifestou otimismo com relação ao trabalho pedagógico desenvolvido na Escola Normal que, segundo o seu relato, abandonara os métodos de ensino de caráter mecanicista, em favor da *pedagogia moderna* e do ensino “[...] ministrado sob um ponto de vista inteiramente prático, procurando-se tirar das questões práticas a teoria correspondente” (CARDIM, 1909, p. 5).

A Escola Modelo, portanto, definia-se como “[...] campo de experiencia e necessario preparo tecnico” (CARDIM, 1909, p. 7) destinado aos alunos do Curso Normal. O corpo docente compunha-se de dois professores responsáveis pela seção masculina e seis professoras que atendiam à seção feminina. Quanto ao corpo discente, registra-se a matrícula de 329 alunos,⁹ dos quais 260, em média, tinham frequência efetiva¹⁰ (CARDIM, 1909).

Na avaliação do reformador da educação capixaba, o trabalho pedagógico desenvolvido na *Escola Modelo Jeronymo Monteiro* em nada ficaria a dever a instituições congêneres existentes em outros lugares do Brasil. Acreditava que, mesmo não tendo sido construído com essa finalidade,¹¹ o prédio a ela destinado encontrava-se perfeitamente adaptado às necessidades do ensino. Destacava a existência de um mobiliário “[...] moderno dando às salas um aspecto que satisfaz ao mais exigente observador” (CARDIM, 1909, p. 8) (Foto 2).

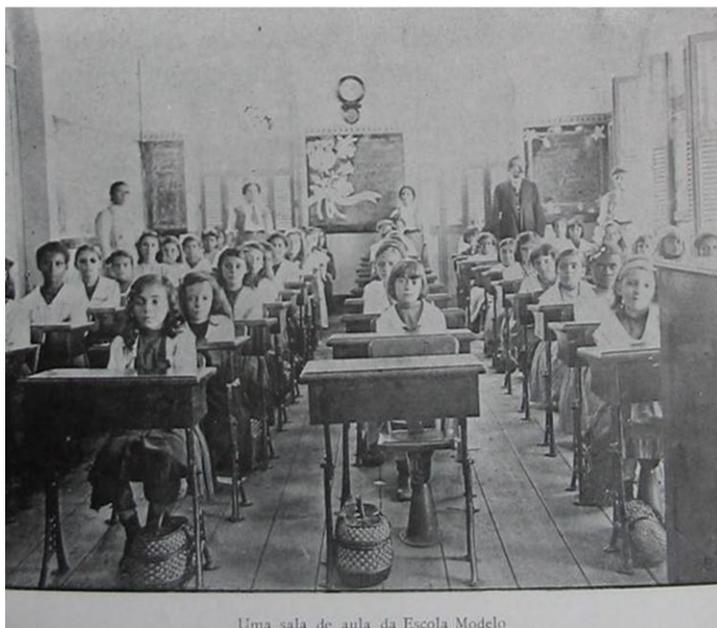
Foto 2 – Sala de aula da Escola Modelo Jeronymo Monteiro

de junho de 1909; Diário da Manhã, 12 de junho de 1909; Diário da Manhã, 13 de junho de 1909; Diário da Manhã, 17 de junho de 1909; Diário da Manhã, 18 de junho de 1909).

⁹ Em 1909, registravam-se 4.525 matrículas nas 134 escolas espalhadas pelo Espírito Santo, com frequência média calculada de 3.432 alunos (ESPÍRITO SANTO, 1909).

¹⁰ O diretor da Instrução Pública apontava as epidemias de câmaras de sangue e de sarampo como fatores explicativos para esse número (CARDIM, 1909).

¹¹ Inicialmente, o espaço destinado ao funcionamento da Escola Modelo esteve anexo à Escola Normal. Somente mais tarde, em 1912, ao final do mandato de Jerônimo Monteiro, um prédio para o funcionamento da Escola Modelo seria construído ao lado do Palácio do Governo.



Fonte: Do autor.

Quanto ao ensino, Gomes Cardim enaltece o método analítico, o processo intuitivo e a dedicação dos professores como fatores de sucesso. Em seu relato, a junção desses dois elementos soa imbatível:

Nessa escola o methodo analytic e o processo intuitivo predominam de um modo completo e os resultados obtidos tem sido plenamente satisfactorios, graças á competencia e dedicação do illustrado corpo docente que se identificou com a profissão, fazendo della um verdadeiro sacerdocio (CARDIM, 1909, p. 8).

Entre os elementos da *Escola Modelo Jeronymo Monteiro*, estava o Batalhão Infantil “Jeronymo Monteiro”, entusiasticamente descrito como celeiro de “[...] pequeninos defensores da Patria [...]”. Para tanto, encontrava-se “[...] infantilmente mobiliado, possuindo carabinas imitação Mauser, banda de tambores e corneta e Bandeira Nacional” (CARDIM, 1909, p. 9). As crianças submetidas aos exercícios de “[...] escola de recruta e escola de companhia” (CARDIM, 1909, p. 9) aparecem como indescritivelmente entusiasmadas.

A banda infantil que acompanhava o batalhão, cuja criação visava a dar um sentido inteiramente “prático” ao ensino musical, compunha-se de 22 participantes, sob a batuta do capitão João de Barros, instrutor de música da escola, mediante a autorização do Corpo Militar da Polícia do Estado (CARDIM, 1909).

O *Theatro Infantil* também fazia parte das atividades propostas para a *Escola Modelo*, em cujo salão nobre existia “[...] um palco destinado a despertar o gosto pela arte dramática e extinguir ao mesmo tempo o acanhamento natural das creanças, concorrendo para exercitar a

dicção, memória, declamação e o canto” (CARDIM, 1909, p. 9-10). Dentre as atividades teatrais, destacam-se a encenação de “[...] comedias em prosa e verso [...]”, a recitação de “[...] monólogos e poesias [...]” e o canto, representado por “[...] canções infantis, hymnos e canções a duas ou tres vozes [...]” (CARDIM, 1909, p. 10).

Registrava-se, ainda, a existência de “[...] oficinas de marcenaria e modelagem [...] convenientemente montadas, podendo-se confeccionar trabalhos interessantíssimos e úteis [...]” (CARDIM, 1909, p. 10). Descarta-se, por outro lado, a intenção da formação profissional,¹² uma vez que o interesse residiria em “[...] despertar o gosto pela arte, provocar a revelação de vocações e ao mesmo tempo integralisar o ensino com a instituição de uma escola de arte” (CARDIM, 1909, p. 10).

Uma medida da reforma relacionada com o processo de formação de professores foi a organização do *Congresso Pedagógico Espírito-Santense* na cidade de Vitória, durante o mês de junho de 1909. O evento teve como principal objetivo a divulgação, entre os professores do ensino primário e secundário, dos pressupostos pedagógicos que nortearam a reforma educacional. Naquela ocasião, a palestra inaugural proferida por Cardim, intitulada *O ensino analítico em leitura e o ensino analítico em geral* (CARDIM, 1909, p. 35), reafirmava a sua intenção de fazer chegar aos docentes orientações sobre o novo método a ser utilizado nas escolas.

Escola Activa de Ensaio na Reforma Vivacqua

Enquanto a Escola Modelo criada por Gomes Cardim funcionava em anexo à Escola Normal, servindo como espaço prático de formação para as normalistas, na Reforma Vivacqua, a *Escola Activa de Ensaio* localizava-se no ambiente do Grupo Escolar Gomes Cardim, cuja nova sede acabara de ser inaugurada (1927) e funcionava como espaço para o desenvolvimento de aulas práticas e técnicas pelos professores que frequentavam o Curso Superior de Cultura Pedagógica¹³ a convite da Secretaria da Instrução Pública.

¹² O relatório aponta a utilização da oficina de marcenaria para fins de formação para o ofício, pelos alunos do curso noturno (CARDIM, 1909).

¹³ O Curso Superior de Cultura Pedagógica foi criado pelo Decreto nº. 9.750, de 30 de agosto de 1929, visando à “[...] preparação de um núcleo inicial de elementos capazes de cooperar eficazmente na realização da reforma do ensino” (VIVACQUA, 1930, p. 4). Iniciado em 3 de setembro de 1929 e encerrado no dia 16 de julho de 1930, dele participaram mais de 30 cursistas.

À frente do Curso Superior de Cultura Pedagógica e da *Escola Activa de Ensaio*, estava outro educador paulista, Pedro Deodato de Moraes,¹⁴ convidado por Attilio Vivacqua para conduzir o processo de formação docente dentro dos princípios da escola ativa.

Foto 3 – Aula do Curso Superior de Cultura Pedagógica na *Escola Activa de Ensaio*



Fonte: Vivacqua (1930).

Na *Escola Activa de Ensaio*, o ensino organizava-se em torno de sete salas-ambiente. Com a finalidade de integrar o ensino à vida da cidade, formaram-se comissões de estudos em Vitória, estabelecendo-se uma espécie de convênio com “[...] bancos e casas commerciaes, cartorios, Departamento de Saude Publica, Alfandega e Caes do Porto, Mercado Municipal, Defesa do Café, Empresa Electrica, Estrada de Ferro, Campo de Aviação, etc.” (VIVACQUA, 1930, p. 13) para o desenvolvimento de trabalhos planejados nas disciplinas ministradas de acordo com os novos métodos.¹⁵

O trabalho pedagógico nas salas-ambiente fundamentava-se no *método* proposto por Decroly. No livro *A lei biogenética e a escola activa*,¹⁶ Adolphe Ferrière recomenda salas especiais para cada um dos ramos de atividade na escola, indicando como referência os

¹⁴ O educador paulista Pedro Deodato de Moraes (1885-?), circulava pelos meios vanguardistas brasileiros e esteve ligado às ideias escolanovistas, chegando a publicar sobre o tema e defendê-lo em conferências. Além disso, atuou como membro da Associação Brasileira de Educação e como superintendente de ensino no Rio de Janeiro.

¹⁵ Segundo o relato do secretário Vivacqua, todos os trabalhos desenvolvidos teriam sido cuidadosamente arquivados na *Escola Activa de Ensaio*, porém não chegaram até nós.

¹⁶ O livro *A lei biogenética e a escola activa* foi publicado no Brasil em 1929, como parte da *Coleção Biblioteca de Educação*, organizada por Lourenço Filho.

centros de interesse da escola de Ovide Decroly, em Bruxelas. Esses centros compreendiam: uma “sala da vida”, uma “sala das medidas”, uma “sala de historia e geografia”, uma “oficina de carpintaria”, uma “sala para desenho e artes plásticas”. Previa-se, ainda, a existência de um refeitório, de uma biblioteca escolar, de um museu geral e de uma biblioteca para os professores.

No Espírito Santo, as salas-ambiente da *Escola Activa de Ensaio* distribuíam-se da seguinte maneira: 1) **Sala de Expressão**, destinada à compreensão do ensino da língua, por meio de elementos como a leitura, a escrita, a declamação, as representações, folclore, canto orfeônico, desenho, decoração e elementos de brasilidade; 2) **Sala de Medida**, onde se deveria desenvolver o raciocínio a partir de elementos da aritmética e da geometria, práticas de orçamento e de construção envolvendo jogos de dominó, dama, moinho, xadrez e ensinamentos sobre bancos e cooperativas escolares; 3) **Sala de Observação - Terra e Vida**, que envolvia o ensino das ciências físicas e naturais e incluía os laboratórios e conhecimentos sobre aquários, viveiros, terrários, museus e álbuns; 4) **Sala de Observação – Espaço e Tempo**, destinada à preparação para o ensino da Geografia, da Antopogeographia, da Etnografia, da História, da Sociologia, das questões relativas à instrução cívica na relação com a educação, da importância dos museus geográficos e históricos, dos álbuns e das maquinas de projeção, além dos Círculos de Pais; 5) **Sala de Saúde**, que compreendia o ensino e a prática da higiene e da cultura física, bem como o recurso das fichas para classificação dos alunos. Ensinava, ainda, temas como pelotões de saúde, escolas e mães e escotismo; 6) **Sala de Documentação**, que envolvia os conhecimentos sobre as bibliotecas, filmotecas e arquivos; e 7) **Sala dos Trabalhos**, destinada à aprendizagem de modelagem, cartonagem, pintura, empalhação, tecelagem, fotografia, sapataria, tipografia, carpintaria e costura (VIVACQUA, 1930).

Em torno dessas salas-ambiente, a escola ativa visava à preparação das crianças para a vida, tendo em vista as funções que assumiriam quando adultas. Aqui estão implícitos e, por vezes, explícitos, elementos da preparação para o trabalho nas indústrias, para o trabalho manual, para o empreendimento e, no caso específico das meninas, para serem mães e donas de casa.

Na *Escola Activa de Ensaio*, privilegiavam-se, também, a saúde e a higiene como preceitos a serem ensinados às crianças nas escolas. Desse modo, a Sala de Saúde figurava como “[...] a sala das salas, onde se ensinam e applicam os principios hygienicos, dos novos programmas, e donde parte a orientação para a educação physica e intellectual da creança, como resultado dos exames que ali se fazem” (ESPIRITO SANTO, 1930, p. 86).

Portanto, a pretensão de “purificar” e “expandir” as “energias da raça”, preparando a criança para uma vida de hábitos sadios, aparecia como justificativa para a centralidade da educação sanitária nos programas escolares. Além disso, como complemento ao Curso Superior de Cultura Pedagógica, organizou-se, no Departamento de Saúde Pública, um curso especial de higiene e educação sanitária, ministrado por Americo de Oliveira¹⁷ (VIVACQUA, 1930).

Necessário lembrar que, naquele momento, a saúde era tema de debates em âmbito nacional em plena disseminação para os âmbitos regionais, por meio, principalmente, dos departamentos estaduais da Associação Brasileira de Educação (ABE). Pedro Deodato de Moraes, mentor da reforma capixaba, integrava a ABE carioca, tendo participado do seu Conselho Diretor em 1928 (CARVALHO, 1998). Desde então, defendia a inclusão da saúde nos programas escolares, como se lê no artigo *A escola activa é a escola da saúde*, publicado originalmente como parte de uma tese sobre a escola nova defendida na I CNE:

A lei biogenetica segundo a qual o individuo deve ser antes um bom animal para ser mais tarde um bom civilizado é a pedra angular da Escola Activa. Que importam methodos, processos, livros e aparelhagem optimos quando a materia prima não está em condições de ser preparada? Ninguém pode ensinar uma pessoa doente. Saúde em primeiro lugar e depois sabedoria (MORAES, 1929, p. 1).

Acreditava-se, dessa maneira, que crianças saudáveis facilitariam o trabalho do professor que deveria simplesmente atuar como “[...] o guia inteligente dos alumnos. Elles proprios é que organizam o seu estudo de accordo com as observações feitas nesses varios departamentos da escola” (REZENDE, 1930, p. 12).

Nas práticas desenvolvidas na *Escola Activa de Ensaio*, os professores ministrariam disciplinas de acordo com sua especialidade, em cada sala-ambiente, cabendo aos alunos realizar o movimento rotativo entre os ambientes de ensino.

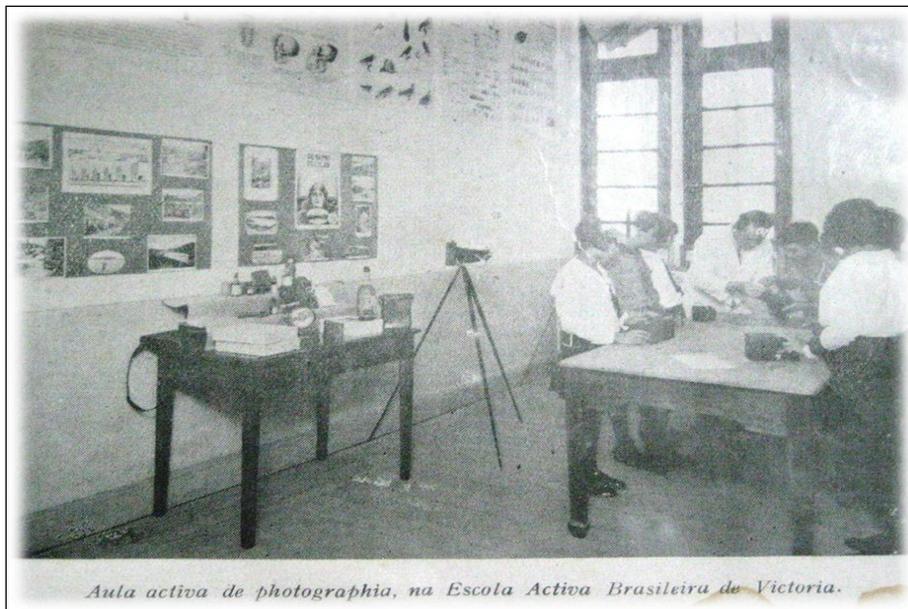
Toda aula, compreendendo uma parte activa, uma lição e outra de applicação, termina sempre por um relatorio colectivo, afim de desenvolver, no trabalho, o sentimento da solidariedade, e por outros individuaes, afim de fixar, com precisão e clareza, as noções aprendidas (VIVACQUA, 1929, p. 20).

No conjunto das atividades previstas, alunos e professores cumpririam um programa flexível, em regime de *self government* (Foto 5), de maneira que a criança desenvolvesse senso de responsabilidade, que possibilitasse a aprendizagem sem a necessidade da realização

¹⁷ Chefe do Departamento de Saúde Pública do governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930).

de provas e exames. O programa incluía, ainda, o planejamento de excursões e visitas de caráter educativo e instrutivo.

Foto 4 – Aula de fotografia na *Escola Activa de Ensaio*



Fonte: Espírito Santo (1930, p. 89).

A *Escola Activa de Ensaio* ocupava um lugar central na execução do programa de formação de professores capixabas, na medida em que servia como espaço para a prática docente dos professores que frequentavam o Curso Superior de Cultura Pedagógica, cuja avaliação incluía exames, trabalhos desenvolvidos em grupo, planejamento, execução de atividades de campo e elaboração de planos de ensino. Nesse contexto, a *Escola Activa de Ensaio* funcionava como espaço de aplicação de conhecimentos técnicos que, no formato de aulas-modelo, eram publicamente demonstrados aos alunos da escola. Ao final do curso, trabalhos de conclusão apresentados publicamente e avaliados por uma Comissão Avaliadora composta de professores fechava o ciclo de formação.

Escola Modelo Jeronymo Monteiro e Escola Activa de Ensaio: a formação de professores em questão

Apesar do endereço privilegiado, no prédio vizinho à sede do governo, a Escola Normal do Espírito Santo, fundada no século XIX, passou por dificuldades e intermitências até alcançar certa estabilidade por volta de 1900 (SIMÕES; SCHWARTZ; FRANCO, 2008).

Portanto, no início do século XX, ao eleger a reforma da instrução pública como mola propulsora do desenvolvimento do Estado, as atenções do Poder Público voltaram-se para a formação docente irradiada a partir da Escola Normal, à qual se anexaram o Departamento de Ensino, a Escola Modelo e o Grupo Escolar. Desse modo, o governo Jerônimo Monteiro (1908-1912) objetivou regulamentar e disciplinar a instrução pública.

No que se refere ao Ensino Normal, a disciplina Pedagogia e Educação Cívica, estabelecida pelo Decreto nº 116, de 8 de julho de 1908, indica aproximações com uma pedagogia renovadora, que podem ser percebidas na presença de teóricos, como Pestalozzi e Froebel, e também com o pensamento pedagógico de matriz norte-americana. Com relação ao método, em linhas gerais, tratava-se de abolir “[...] a decoração mecânica de regras, procurando dar as lições um cunho moderno, tornando-as atraentes e proveitosas” (CARDIM, 1909, p. 5).

Defensor do método analítico, Cardim pretendia instituí-lo nas escolas públicas capixabas por meio da formação de professores que, embora não devessem atuar como “autômatos”, deveriam zelar “[...] desveladamente pela **homogeneidade e harmonia** de vistas no ensino, para que elle não seja arrastado pelo caminho incongruente da anarquia” (CARDIM, 1909, p. 16, grifo nosso).

Fugir à “anarquia”, portanto, traduzia-se na adoção do método “[...] racional, natural e lógico [...]”, para o ensino da leitura cuja excelência teria sido cientificamente comprovada pelos “[...] mais competentes no assunto [...]” já que caberia ao “[...] educador consciente [...] procurar o methodo de ensino que a evolução da pedagogia apontar [uma vez que] dar liberdade aos professores seria implantar a confusão no ensino” (CARDIM, 1909, p. 16-17).

Assim como aconteceu com Gomes Cardim, Attilio Vivacqua pressupunha ser “[...] impossível pensar-se em reforma de methodos pedagogicos, sem a previa preparação do professor, que deverá applical-os” (ESPIRITO SANTO, 1929, p. 86). No entanto, expressando o fortalecimento da presença do pensamento esclanovista no Brasil, na década de 1920, a segunda reforma operava a partir do Curso Superior de Cultura Pedagógica, com dez meses de duração e destinado a professores e inspetores em exercício.

Um fator a ser observado foi o deslocamento desse curso para o espaço físico do Grupo Escolar Gomes Cardim, ou seja, para o “palácio” emblematicamente erigido para dar visibilidade ao ensino primário, já que a sede anterior havia sido improvisada. Articulam-se,

dessa maneira, o grupo escolar, a *Escola Activa de Ensaio* e o Curso Superior de Cultura Pedagógica. Como diretor da formação docente, Deodato de Moraes constituía o ponto de contato entre essas três instâncias. A *Escola Activa de Ensaio* atendia, também, à prática dos alunos do 4º ano da Escola Normal Pedro II¹⁸ e das escolas normais particulares.

Para fazer chegar a escola ativa às instituições públicas de ensino, os professores designados pelo secretário da Instrução Pública recebiam do governo meios de transporte até a Capital, se viessem do interior, e ajuda de custo para se dedicar inteiramente ao curso de formação. Além disso, o bom desempenho resultaria na recepção de um certificado que poderia render vantagens e promoções no exercício do magistério (ESPIRITO SANTO, 1929).

Ao retornarem aos seus postos de trabalho, caberia aos professores e inspetores que frequentassem o Curso Superior de Cultura Pedagógica “[...] servir de vanguardeiros das idéas e praticas da pedagogia activa [...]” (VIVACQUA, 1930, p. 3). Para tanto, promoveu-se “[...] intensa propaganda das directrizes e processos da educação activa [...]”. Mais do que isso, o reformador capixaba enaltecia o “[...] entusiastico acolhimento da parte do magisterio estadual, cuja intelligencia e adeantamento, a par de seu reconhecido amor á causa do ensino, assegura um feliz exito ás iniciativas do governo” (ESPIRITO SANTO, 1929).

Considerações finais

As reformas da instrução pública no Espírito Santo empreendidas sob a liderança de Gomes Cardim (1908-1909) e de Attilio Vivacqua (1928-1930) sinalizavam a circulação do ideário pedagógico que, nas décadas iniciais do século XX, compreendeu a disseminação de ideias renovadoras, acompanhadas do estabelecimento de bases necessárias à posterior ampliação do movimento escolanovista, observado na cena brasileira em geral (NAGLE, 1974). A Reforma Vivacqua, portanto, expressa esse momento de ampliação, caracterizado por iniciativas governamentais dirigidas para a reestruturação do ensino em consonância com princípios da Escola Nova.

Quer seja em defesa do método analítico, quer seja para instituir a escola ativa como modelo para o ensino, uma convicção comum aos discursos de ambos os reformadores permanece em destaque: a crença na preparação docente como garantia para o sucesso da renovação da instrução pública. Para tanto, associava-se a formação de cunho científico, pela

¹⁸ Em 1927, a Escola Normal do Espírito Santo passou a ser denominada Escola Normal D. Pedro II, em comemoração ao centenário de nascimento do segundo Imperador do Brasil (NOVAES, s/d).

via da Escola Normal e da formação de profissionais a serviço do magistério, e a Escola Modelo como espaço para a prática.

Vivacqua (1929, p. 25) resumia essa questão ao afirmar que a reforma educacional seria “[...] na sua essência, um plano de transformação didática, cuja garantia de execução depende fundamentalmente da preparação do professorado em condições de compreendê-la e pô-la em prática”. Desse modo, pelas mãos de professores preparados, chegaria às escolas “[...] o espírito novo, fecundo e irradiante da pedagogia dinâmica [...]”. Um dinamismo, aliás, que ele julgava capaz de derrubar as paredes da escola, comparadas com “muralhas chinesas” que separavam o ambiente escolar da vida e da sociedade.

Coerentemente, ao tomarem a reforma da instrução pública como “plano de transformação didática”, os dois reformadores da educação capixaba circunscreveram a formação de professores normalistas e daqueles já no exercício do magistério aos ditames dos avanços da ciência pedagógica e às “boas práticas” modelares a serem multiplicadas e replicadas em instituições escolares por todo o Estado.

Em outro plano, caberia aos professores – descritos como entusiasmados artífices da mudança educacional – o domínio do método praticado como instrumento “eficiente” e “preciso” para mudar a escola e romper, de dentro para fora, portentosas “muralhas chinesas” no percurso da história da educação e da sociedade brasileira.

Referências

ARAÚJO, G. C.. Manobrismo e conciliação: o direito à educação na Assembleia Constituinte do Espírito Santo de 1947. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde Alcantara. **História da educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção**. Vitória, ES: Edufes, Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes, 2009.

CARVALHO, M. M. C de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: Edusf, 1998.

CARVALHO, M. M. C. de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, 2000.

FERRIÈRE, A. **A escola activa**. Porto: Editora Educação Nacional, 1934.

FERRIÈRE, A. **A Lei Biogenética e a escola activa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1929. (Col. Biblioteca de Educação, v. IX).

GINZBURG, C. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MORAES, D. de. A escola activa é a escola da saúde. **Diario da Manhã**, Vitoria, p. 1, 4 jul. 1929.

MORTATTI, M. R. L. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Conferência proferida durante o Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizada em Brasília, em 27-04-2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NOVAES, M. de **A história do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo [197-].

OLIVEIRA, J. T. de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PASQUIM, F. R. Carlos A. Gomes Cardim e Lenyra C. Fraccaroli e a criação de bibliotecas infantis no estado de São Paulo - Brasil. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 10. 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2014. 1 CD-ROM.

SIMÕES, R. H. S.; SCHWARTZ, C. M.; FRANCO, S. P. A gênese, a implantação e a consolidação da Escola Normal no Espírito Santo. In: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. aria G. B. de; LOPES, A. de P. C. (Org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas-SP: Alínea, 2008. p. 177-190.

VASCONCELLOS, J. G. M. **A invenção do coronel: ensaios sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Vitória: SPDC/Ufes, 1995.

Fontes

Documentos de Governo

CARDIM, C. A. G. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo, pelo Snr. Inspector Geral do Ensino Carlos A. Gomes Cardim em 28 de julho de 1909**. Vitoria: Imprensa Official, 1909.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº. 545, de 16 de novembro 1908**. Dá uma nova organização à Instrução Pública Primária e Secundária. Vitória, 1908. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1402/000013.html>>.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1909-1912: Monteiro) **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 14 de setembro de 1911 [por] Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo**. Vitoria: Imprensa Official, 1911.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1909-1912: Monteiro) **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Espirito Santo em 14 de setembro de 1909 [por] Jeronymo de Souza Monteiro, Presidente do Estado do Espirito Santo.** Vitoria: Imprensa Official, 1909.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1928-1930: Aguiar). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª Sessão da 13ª Legislatura.** Vitoria, 7. set. 1929.

ESPIRITO SANTO (Estado). Presidente de Estado (1928-1930: Aguiar). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na 3ª sessão da 13ª Legislatura.** Vitoria, 22 set. 1930.

VIVACQUA, A. **Escola Activa brasileira:** sua aplicação no Estado do Espírito Santo. Vitória: Separata do Boletim de Educação da Secretaria da Instrução do Estado do Espírito Santo, 1930.

Imprensa

CONGRESSO Pedagógico. Diario da Manhã, Vitória, p. 1, 11 jun. 1909.

CONGRESSO Pedagógico. Diario da Manhã, Vitória, p. 1, 13 jun. 1909.

CONGRESSO Pedagógico. Diario da Manhã, Vitória, p. 1, 18 jun. 1909.

CONGRESSO Pedagógico. Diario da Manhã, Vitória, p. 2, 12 jun. 1909.

CONGRESSO Pedagógico. Diario da Manhã, Vitória, p. 2, 17 jun. 1909.

REZENDE, G. de. O ensino no Espirito Santo. **Movimento Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 12, jan. 1930.

VIVACQUA, A. **O ensino publico no Espirito Santo.** Entrevista concedida ao Diário da Manhã, 1929.